

Educação não é adestramento

A corrida pela competitividade – por parte das empresas e dos empregados – parece conduzir todo processo educativo ao utilitarismo, ao treinamento e ao adestramento para o uso de novas tecnologias. Por isso, os educadores se arrepiam quando ouvem falar em “educação para a empregabilidade”. De fato, o risco é grande, e projetos educativos que se limitam a correr atrás da tecnologia podem dar em nada. Pior que isso. Podem criar a ilusão de modernidade, de competência, quando na verdade estão acenando com o impossível: a apropriação do (por)vir. Essas ameaças estão fora das preocupações do Programa Educação para a Competitividade (Proeduc), desenvolvido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Dando uma guinada na linha de financiamentos antes voltada para o desenvolvimento tecnológico, o Proeduc investe em educação fundamental por um motivo que parece óbvio, mas só muito recentemente passou a fazer parte da agenda dos empresários: sem educação da mão-de-obra não há tecnologia sofisticada que dê conta da competitividade crescente do mercado. “Mas o Proeduc não vê educação como adestramento”, explica Maria Lúcia Horta de Almeida, economista que mergulhou na educação e hoje coordena o programa, consciente de que a área educacional traz desilusões, mas também muitos momentos gratificantes. Em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, a ex-professora de Capital Financeiro, quase especialista em Engenharia de Produção (fez o mestrado, mas não defendeu a tese na Coppe/UFRJ), desvenda o que é a educação fundamental necessária aos trabalhadores.



Vivianne Rocha

ANA LAGÔA (*)

– Como a questão do emprego foi parar na Finep?

– A área de Desenvolvimento Social e Regional da Finep atua no campo da ciência e tecnologia, tratando dos principais problemas sociais, mas procurando, é claro, atingir os segmentos possíveis. A questão do emprego está na nossa agenda de programas, da mesma forma que as cooperativas de trabalho, as incubadoras de empresas, estudos acadêmicos sobre a qualificação exigida dos trabalhadores e o futuro daqueles que estão se desligando da indústria. O que estamos tentando é gerar conhecimento para que as políticas públicas possam atuar com eficiência. Esses estudos passam pela questão do trabalho, pela questão da educação, da alimentação e da nutrição; passam por habitação e saúde, e as ações são programadas na forma de parcerias envolvendo governo, trabalhadores, empresários e acadêmicos. A questão do emprego está imersa nisso tudo.

– Qual é o papel da Finep na questão educação para o trabalho?

– Especificamente na área da educação e do trabalho, a Finep teve papel pioneiro, ao levantar a importância da educação do trabalhador, sobre tudo neste momento da economia brasileira. Como cabe à Finep promover o desenvolvimento tecnológico e a competitividade do país, acabamos por identificar um gargalo. O aumento da competitividade e a inserção de novas tecnologias esbarra na baixa qualificação da mão-de-obra. Nós percebemos isso muito rápido, porque financiamos as empresas na promoção do desenvolvimento tecnológico. Financiamos a mudança e vemos o que acontece quando os processos produtivos começam a mudar.

– As empresas se modernizam em equipamentos, mas não têm quem opere as novas máquinas?

– Pior. Muitas nem conseguem se modernizar, porque, quando tentam, esbarram nesse obstáculo e também nos problemas gerados pelos próprios processos de produção, tais como a questão da multifuncionalidade, a necessidade de um trabalhador que não dê conta apenas de uma única tarefa. Um trabalhador que não seja mais aquele da linha de produção chapliniana que está desaparecendo. Eu não quero dizer que isso esteja ocorren-

do de maneira homogênea em todo o país. Mas existe um movimento nessa direção.

– Por que a Finep decidiu investir nessa área?

– Quando a Finep surgiu, ela tinha a missão de criar grupos de pesquisa. O Brasil não tinha esses grupos, tinha pesquisadores isolados. Acho que essa missão foi bem sucedida. O país tem hoje uma massa crítica relevante nas diversas áreas. Mas estamos em outro momento: dado que já temos a massa crítica, como ela – que precisa continuar sendo fortalecida – pode se voltar para a sociedade, dando respostas mais visíveis.

– Não é difícil medir os resultados desses investimentos?

– Encontrar indicadores e métodos que nos permitam, lá na frente, aferir resultados é difícil, sim. Na área social, essa medida é mais complicada, porque no experimento agrícola, por exemplo, a inovação é fácil de ser medida na safra. Calculase quanto rende a mais, pode-se fazer estimativas. Na área social, você educa trabalhadores. Como você mensura, mesmo dentro de uma empresa, o que resultou da educação do trabalhador? Quanto da produtividade veio desse investimento? Todo esse conhecimento está por ser construído.

– Mas essa dificuldade não impedi que o trabalho fosse em frente...

– A Finep optou por esse investimento e hoje podemos dizer que, no início desse programa, as pesquisas significavam 70% dos investimentos que fazíamos – hoje 27% são para o desenvolvimento da mão-de-obra nas empresas. Isso tem um retorno importante, na medida em que gera conhecimento para as políticas públicas.

– Então, o Proeduc nasceu para suprir essa falta de conhecimentos sobre a relação trabalho e educação?

– Quando o Proeduc foi lançado, em 95, não havia a questão do desemprego. Portanto, não havia no mercado a mão-de-obra qualificada disponível que há hoje. Foi a Finep que levantou a necessidade de um esforço nacional para educar a mão-de-obra. Para que isso seja feito de forma consequente é preciso ter esse conhecimento.

– Como a Finep mergulhou no tema?

– Começamos organizando um Fórum Permanente de Educação e Trabalho, do qual participavam as entidades ligadas ao mercado de trabalho. Paralelamente, elaboramos um programa de Educação para a Competitividade – o

Proeduc – lançado pelo próprio presidente da República. A idéia do Proeduc era financiar as empresas que se dispusessem a educar seus trabalhadores.

– Que tipo de educação a Finep pensava financeiramente? Seria mais um programa profissionalizante?

– Estamos falando aqui de educação básica, fundamental, de conteúdos gerais e não de ensino profissionalizante, porque esse ensino nós temos no Senai, no Senac. Os diagnósticos que fizemos – com a ajuda da Coppe/UFRJ – mostraram que o gargalo estava na formação geral e não na especialização.

– Como vocês mobilizaram os empresários para essa idéia?

– Levamos nosso programa ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, de onde vem boa parte dos recursos que estamos usando. O apoio da imprensa foi fundamental para sensibilizar o empresariado. Fizemos inúmeros workshops pelo Brasil afora, expondo isso tudo, e tivemos uma receptividade muito grande. A campanha toda se baseou na figura do Chaplin, de *Tempos Modernos*. De lá para cá, recebemos pedidos de apoio, mas foi menos do que esperávamos. Mesmo assim, não desanimamos. As ações do Proeduc têm resultados muito concretos.

– Como a Finep mede esses resultados; ela avalia os projetos de educação nas empresas?

– Nós temos oportunidade de acompanhar de perto os projetos, pois temos um sistema de avaliação com questionários para os alunos, para os coordenadores, e esse acompanhamento permite verificar o impacto na produtividade e na vida dos trabalhadores fora da empresa. Por exemplo, quando colhemos relatos de um pai, que antes era ríspido diante da pergunta de um filho e agora se sente feliz em poder ajudá-lo nos estudos.

– Vocês avaliam também as mudanças de atitude dos empregados fora da empresa?

– Claro, porque não há apenas um ganho econômico, percebe? Temos também ganhos familiares, emocionais, sociais. E isso é muito gratificante. Conseguir as duas coisas: dar respostas aos problemas econômicos e ter benefícios igualmente em outras questões que também são relevantes.

– Essa avaliação fica por conta somente dos técnicos da Finep?

– Não. O programa tem um grupo coordenador que assessora a Finep, formado por especialistas do MEC, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério do Trabalho e as três centrais sindicais – CUT, CGT e Força Sindical – e ainda por empresários da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e do Programa Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Os educadores estão representados no grupo por nomes ligados à Associação Nacional de Pós-graduação em Educação (Anped) e pessoas de conhecimento notório convidadas pela Finep.

– O que vocês fazem com os resultados? Os programas podem ser redirecionados?

– Os resultados voltam para as empresas, são feitas muitas discussões, reuniões, exposições, nem sempre o fluxo é fácil, mas isso faz parte do processo. Nós, no entanto, não temos controle sobre a incorporação ou não das avaliações nos procedimentos.

– Mas em ciência e tecnologia já havia mais conhecimento sobre os resultados dos investimentos...

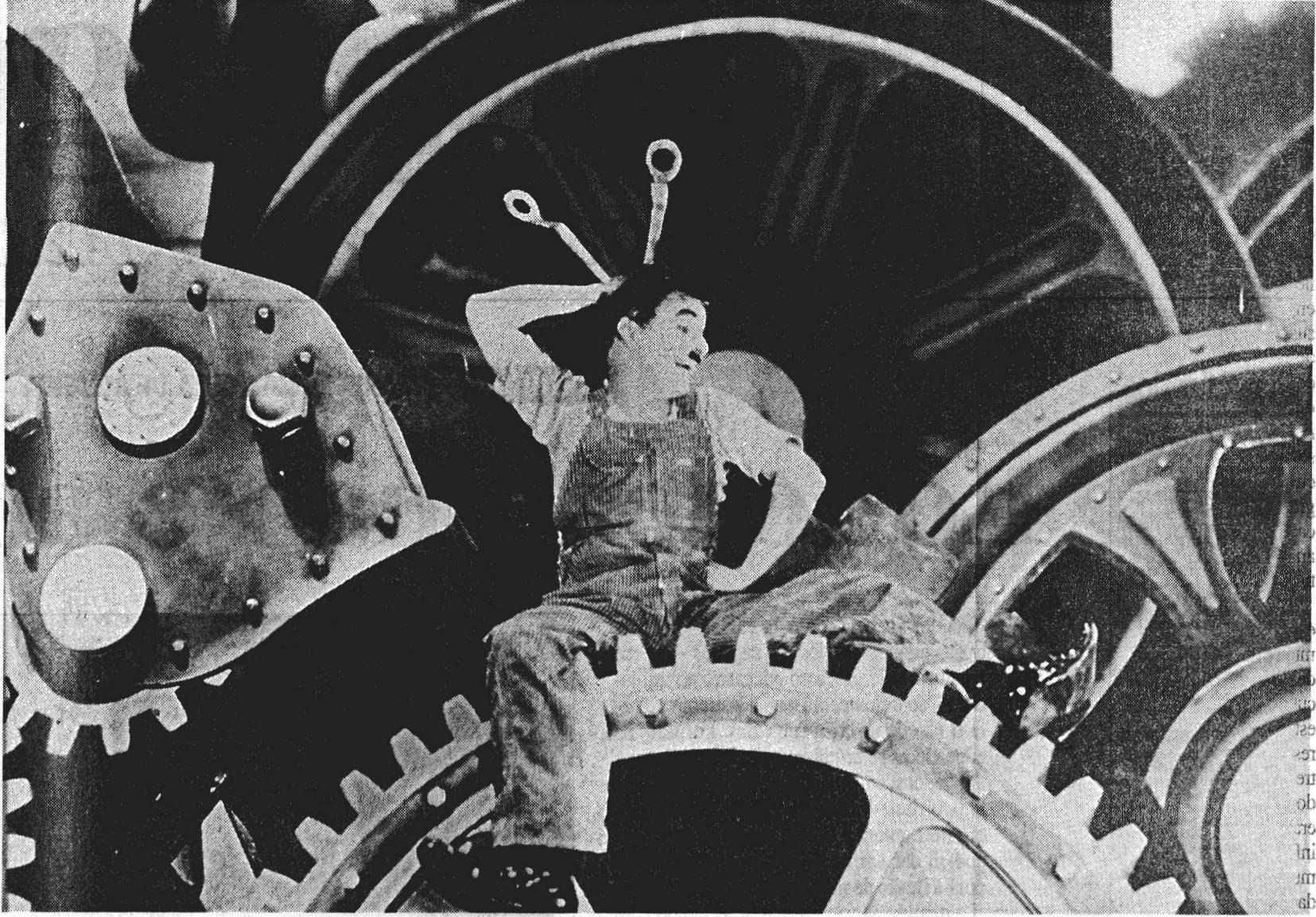
– Tudo isso vem sendo discutido e há várias correntes de opiniões. Uma delas defende que esse olhar mais intenso da sociedade sobre os resultados em ciência e tecnologia se deve a duas coisas: uma, a importância adquirida nos últimos anos pelo conhecimento em ciência e tecnologia para o desenvolvimento econômico. Fala-se em sociedade do conhecimento. Falava-se em recursos financeiros, recursos naturais; hoje fala-se em conhecimento. A sociedade que dominar a tecnologia, que dominar o conhecimento terá muito mais chance de se desenvolver. Daí os olhares para esse setor.

– O que você responde, quando indagam sobre os resultados dos investimentos em educação?

– Eu cito exemplos. Por exemplo, mudanças de procedimentos numa determinada atividade que resultam em mais eficiência. Mas os indicadores, em áreas sociais são difíceis de construir. Eu gostaria de sair dos exemplos, de avançar os conceitos...

(*)E-mail: mascia@openlink.com.br

Continua na página 2



“Enfoque utilitarista não basta”

- A imersão do programa no universo da empresa não corre o risco de dar à educação um viés utilitarista?

– Não há esse risco. Antes de atuar nessa área empresarial, atuávamos na área de educação e temos plena consciência de que não é apenas uma questão econômica; ela é muito mais ampla, pois envolve a cidadania. Educação sempre foi pensada como formação para a vida, mas agora é, também, uma questão econômica, o que talvez tenha ampliado o interesse por essa discussão que, antes, era restrita a um certo grupo de pessoas. A educação ficava por conta do dilettantismo dos educadores, mas não podemos fugir da realidade. Temos que pensar, agora, também na questão econômica. Isso, no entanto, não nos leva diretamente ao utilitarismo.

- O que os educadores temem quando se fala em valor econômico da educação?

– Os especialistas têm medo que se transforme a educação em alguma coisa radicalmente utilitarista, voltada apenas para o uso dos equipamentos. Mas o que se quer hoje é exatamente o contrário, pois o enfoque utilitarista já mostrou que não leva a nada. O que se quer hoje não é o adestramento. Você quer é que a pessoa tenha uma visão geral do que está fazendo. Que tenha visão do todo.

- As exigências em relação ao trabalhador são muitas. Não estamos exigindo que cada um seja o super-homem?

– Às vezes parece até que queremos um super-homem. A pessoa, hoje, tem que saber se comunicar, consertar a máquina, dominar a vida da empresa, estar sempre disposta a aprender. Mas isso é uma caricatura, pois o que se quer - na verdade - é que a pessoa esteja disposta todo o tempo a aprender e se adaptar à velocidade das mudanças que estão ocorrendo o tempo todo. Sem traumas, de preferência.

- Esse é outro conceito que confunde as pessoas: o tal do funcionário total.

Como é esse funcionário total?

– Esta é outra caricatura. Não se quer que um funcionário faça tudo, mas também não se pode aceitar aquele funcionário que diz: isso não é comigo. Alguém chega para mim e fala em fortificação de alimentos. Isso é uma questão social, eu não posso dizer que não é comigo só porque eu nunca trabalhei com aquilo. O que se espera é que eu assuma que não domino o assunto. A partir dessa postura e com a minha base fundamental, eu vou saber onde buscar a informação, onde procurar, onde ler, com quem conversar. Isso não quer dizer que eu tenha que resolver o problema do átomo. Estamos falando de coisas do nosso universo. Se falamos de um trabalhador de fábrica, que tem que ser mais funcional, algumas preocupações são diferentes: você está trabalhando numa máquina que domina. Se muda o processo industrial drasticamente, vem outra máquina, com outra concepção. Ou você aprende, ou será substituído. Se temos uma pessoa multifuncional, ela pode ser deslocada, remanejada. Ou a levamos a aprender a operar a nova máquina. É importante ter flexibilidade - daí se falar também em trabalhador flexível. O brasileiro é privilegiado porque tem

essa flexibilidade, mas lhe falta, em geral, a base.

- Então não se trata mais de uma educação adestradora?

– A educação de que se precisa hoje é aquela que faz a pessoa saber pensar, tomar decisões por si mesma, não repetir ações mecanicamente, não ter medo de dar opinião, de mudar procedimentos, em qualquer nível em que esteja atuando.

- Mas isso vale para todos os setores da nossa economia?

– Claro que, num país heterogêneo, falar disso em alguns setores ainda está longe da realidade, assim como falar em gestão da qualidade. Provoca reações do tipo: vocês são sonhadores. Talvez sejamos mesmo um pouco sonhadores, mas as coisas são construídas também com sonhos.

- Podemos dizer que o sonho antecipa a mudança?

– Sim. A velocidade com que as coisas mudam justifica a antecipação. A Finep assume um pouco isso. Como instituição que tem que financiar o desenvolvimento na vanguarda, temos obrigação de pensar à frente.

- Ao adotar a linha da educação fundamental, a Finep não está assumindo uma direção diferente nesse contexto da educação e do trabalho?

– Do meu ponto de vista de economista que mergulhou na educação com a ajuda das pessoas que são especialistas, eu diria que a educação fundamental é o alicerce de tudo que você poderá acumular depois. Se esse alicerce estiver bem sólido, você vai poder acumular mais coisas. Se não, terá dificuldades.

- O que a Finep oferece concretamente às empresas?

– A Finep financia o custo do projeto a ser desenvolvido na empresa ou fora dela, o equipamento e os recursos humanos pedagógicos e também 50% das horas utilizadas pelo trabalhador na frequência às aulas e 100% do salário do funcionário que supervisionar o curso do ponto de vista administrativo. O empresário entra com a sala de aula, o reembolso do custo total do projeto, a longo prazo e a juros baixos.

- Esse é um projeto, podemos dizer, que educa também o empresário?

– Sim. Porque ele acaba percebendo que fez um investimento para a vida toda. Não é um gasto, uma despesa pura e simples. É um investimento que traz retorno para todos, em termos de produção e de qualidade de vida. E hoje sabemos que a competitividade de cada um, de cada empresa e do país depende também dos fatores sistêmicos ligados, por exemplo, ao funcionamento dos serviços, mas também à qualidade de vida. O sistema como um todo tem que funcionar. Não adianta ter melhor tecnologia, se fora da empresa nada funciona, se os funcionários estão infelizes. E tudo isso está ligado à educação, base das relações humanas. Se o funcionário da empresa não come direito, não tem boa saúde porque não pode ficar na fila do hospital, não domina os conteúdos de um manual acaba minando os ganhos previstos quando a empresa investiu nas novas máquinas.

A adesão das empresas

Embora o Proeduc se dirija a todo tipo de empresas, cooperativas, associações de classe e instituições educacionais, os clientes do programa, em sua maioria, são grandes empresas. Entre elas, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a Acesita, a Brahma, a Azaléia e a Gerdau. Os financiamentos dos projetos têm carência de três anos,

amortização em até sete anos e juros de até 2,5% ao ano. A solicitação de financiamento deverá ser apresentada à Finep, de acordo com roteiro fornecido pelo Proeduc.

Informações: Praia do Flamengo, 200, 3º andar, Flamengo/RJ - CEP 22210-030. Telefones: (021) 276-0767/276-0585 e fax (021) 276-0402.

**Veja a íntegra da entrevista na seção de Economia do JB
Online www.jb.com.br**